

Vidas em tempo de Guerras: O General João de Almeida (1873-1953). Exército, Política e Negócios na primeira metade do Século XX

Helder Adegar Fonseca

Escola de Ciências Sociais – Departamento
de História NICPRI.UÉ
Universidade de Évora

Resumo

Depois de uma longa era como «eccentric cousin» (R.Brown, 1988) dos estudos históricos, a biografia histórica faz atualmente parte das principais correntes historiográficas e, em alguns casos, constitui mesmo uma vanguarda.

A biografia do General João de Almeida (1873-1953), Oficial do Exército Português, é aqui evocada como uma peculiar experiência social e existencial que ajuda a iluminar a história da sociedade portuguesa numa era de grandes transformações e imprevisibilidade. João de Almeida ilustra a oportunidade de mobilidade social ascendente que a combinação Educação e Exército, num contexto colonial expansivo, constituiu para indivíduos de meios sociais muito diferenciados; como aqueles capital e experiência fertilizaram oportunidades de natureza empresarial, muitas delas em estreita relação com o Estado. Mas ilustra também a forma como um segmento da classe média e elite portuguesa que, pela sua matriz conservadora e radical, viveu (fora, nas

margens ou em acomodação difícil) as experiências da Primeira República, da Ditadura Militar e do Estado Novo assim como as duas Grandes Guerras Mundiais.

Nota curricular

Professor Catedrático de História Contemporânea da Universidade de Évora. Diretor do curso de *Mestrado em Estudos Históricos Europeus e Africanos* e do *Programa de Doutoramento em História Contemporânea (Comparativa e Transnacional)*, dedica atualmente a sua investigação à História Social Europeia, como História da Mobilidade Social, e à História Social dos Movimentos de Libertação e Nacionalistas da África Austral, como História da redes socio-políticas e dos regionalismos transcolonial e transnacional.

A Grande Guerra e a banalização da violência política em Portugal: origens, causas, processos, dinâmicas e efeitos (c.1910-c.1930)

Fernando Martins

Departamento de História - Escola de
Ciências Sociais; CIDEHUS.UÉ
Universidade de Évora

Resumo

Um dos efeitos mais marcantes e prolongados da Grande Guerra foi o da introdução da violência no quotidiano político

nas sociedades europeias, independentemente daqueles que eram os seus antecedentes mais próximos ou remotos. A banalização da violência daqui decorrente não se limitou cronologicamente aos anos da guerra (1914-1918), nem ao tipo de violência tida como própria dos conflitos bélicos. Perante esta nova realidade o caso português teve, note-se, as suas especificidades. Por um lado o uso da violência, aleatória ou sistemática, casuística ou generalizada, não necessitou da Grande Guerra para fazer a sua entrada no quotidiano político português; mas, por outro, o impacto da guerra desde 1914 refinou, sistematizou e/ou perpetuou o recurso à violência. Nesta minha apresentação tentarei aferir, fazendo uso de informação e de meios interpretativos retirados de trabalhos de investigação realizados, a validade destas asserções. Em primeiro lugar, analisando a natureza política da revolução republicana de 1910; em segundo, descrevendo sucintamente, e interpretando, a biografia de uma das figuras destacadas da vida política portuguesa das décadas de 1930 ao início da década de 1960 e na qual a violência “republicana” e “anti-republicana” desempenhou um papel essencial nos anos (c. 1910-c. 1930) da sua educação político-ideológica.

Nota curricular

Licenciado em História e mestre em História do Século XX pela FCSH-UNL. Doutoramento em História pela UÉ. Especialista em temas de

história política portuguesa do século XX (c. 1910-c.1975)

A I Guerra mundial e os desafios colocados à tecnologia

Ana Cardoso de Matos
Departamento de História - Escola de
Ciências Sociais; CIDEHUS.UÉ
Universidade de Évora

Resumo

Ao longo do século XIX a tecnologia assumiu-se como um elemento fundamental do desenvolvimento económico do país, facto que o século XX veio confirmar.

Em 1914 o desencadear da 1ª Guerra Mundial vai, com efeito, exigir um desenvolvimento mais rápido de determinadas tecnologias e ciências que procuraram dar resposta às exigências de defesa e ataque dos diferentes países envolvidos no conflito. Assim, desde o caminho-de-ferro e dos navios que serão essenciais para a colocar na frente de batalha tropas, munições e alimentos e permitir a retirada de feridos, até ao desenvolvimento dos aviões e dos zeplins que permitem o reconhecimento das linhas inimigas, assistiu-se a progressos importantes nos transportes. As comunicações foram outra das áreas em que se registaram também avanços técnicos importantes, como foi o caso do desenvolvimento do *wireless*.

Os progressos verificados ao nível do armamento e dos equipamentos utilizados pelos exércitos estiveram ligados de forma significativa com o desenvolvimento dos materiais da sociedade contemporânea, como é o caso do alumínio, que foi utilizado nos binóculos dos militares ou em vários elementos dos aviões, para darmos um exemplo.

Mas o desenvolvimento da tecnologia estendeu-se a outras áreas da ciência e da técnica, como por exemplo a geologia, que foi determinante para estabelecer os locais em que se deviam abrir as trincheiras e para o desenvolvimento de investigações oceânicas ligadas com o sonar que permitia detetar os submarinos inimigos.

Nota curricular

Docente do Departamento de História da Universidade de Évora e membro da direção do CIDEHUS/UE. As suas áreas de investigação são a História e Património técnico e industrial, História da Engenharia, História Urbana e História do Turismo. É membro do board da IRHA-International Railways History Association e do Comité d'histoire de l'électricité et de l'énergie - Fondation EDF. É membro do conselho editorial da revista *HoST- Journal of History of Science and Technology*, e membro do comité científico das revistas: *Património Industrial*; *e-Phasistos. Revue d'histoire des Techniques*; MIDAS-Museus e Estudos Interdisciplinares.

O Alentejo na conjuntura da Primeira Guerra Mundial e do pós-guerra: algumas notas acerca da resiliência das estruturas sociais

Paulo Guimarães

Departamento de História - Escola de
Ciências Sociais; NICPRI.UÉ
Universidade de Évora

Resumo:

A Primeira Guerra Mundial, ao perturbar as trocas internacionais, veio exacerbar as fragilidades de um país que até aquele momento dependia do exterior para se alimentar, sem que este dispusesse de uma marinha mercante moderna capaz de tirar algum partido da sua posição inicial de neutralidade. Estas dificuldades agravaram-se com a entrada formal de Portugal no conflito e com a guerra submarina. A nova conjuntura afetou profundamente a economia duma região dinamizada pelo capitalismo agrário mediterrânico muito aberto ao exterior e pelas atividades mineiras e industriais orientadas para a exportação. Apesar da pressão social sobre os grupos superiores suscitada pelo empobrecimento das classes médias e inferiores, a guerra constituiu também uma oportunidade para alguns empresários, ao fazer desaparecer a concorrência movida pelos cereais importados ao mesmo tempo que surgiam carências de combustíveis e de outras matérias-primas. O conflito bélico, ao gerar a carência e a escassez de todo o tipo

de bens, veio assim exacerbar a chamada anterior “questão das subsistências” numa sociedade em rápido crescimento demográfico mas que parecia incapaz de superar a *armadilha malthusiana*. No Alentejo, as lutas sociais atingem grande intensidade, questionando a posse da terra e o regime económico em nome da Revolução Social que parecia iminente. Porém, apesar da persistente instabilidade social e política, no final do conflito o Alentejo mostrava já novos sinais de dinamismo e de modernização do seu tecido económico.

Nota curricular

Professor Auxiliar c/ Agregação no Departamento de História da Universidade de Évora. É autor de *Indústria e conflito no meio rural (2001)* e de *Elites e Indústria no Alentejo (1890-1960): Um Estudo sobre o comportamento económico de grupos de elite em contexto regional no Portugal contemporâneo (2006)* e tem publicados artigos em revistas da especialidade nacionais e internacionais no âmbito da história industrial e empresarial e da história social contemporânea. Colaborou no *Dicionário de História de Portugal (suplemento)*, no *Dicionário de História Empresarial* e, mais recentemente, no *Dicionário de História do Republicanismo e da I República*.

Participa nos programas de Doutoramento em História Contemporânea, no mestrado de Estudos Históricos Europeus e Africanos e nas licenciaturas de História e de Relações Internacionais na mesma universidade.

Falar sobre a Primeira Guerra a pretexto de um livro

Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra, Lisboa, CNCCR/Caleidoscópio, Agosto de 2011

Autora: Ana Paula Pires

IHC-FCSH-UNL

Apresentação: Maria de Fátima Nunes

Departamento de História - Escola de

Ciências Sociais; CEHFIC.UÉ

Universidade de Évora

Síntese da obra

A importância da frente interna como base de apoio aos exércitos em campanha foi um dos principais legados da I Guerra Mundial. A constatação de que as vitórias, ou as derrotas, já não podiam ser construídas unicamente no campo de batalha mas que eram, necessariamente, o produto de um esforço comum, transversal a toda a sociedade, obrigou a uma mobilização sem precedentes, cujos impactos e efeitos de arrastamento se fizeram sentir, em Portugal.

As economias de guerra implicaram por isso a conceção de estratégias nacionais comparáveis nos seus objetivos aos planos militares, cabendo ao Estado desempenhar o papel de agente económico dotado de poderes para intervir na economia

controlando gastos e consumos, tanto através do aumento de impostos como do tabelamento de preços ou mesmo do racionamento. O funcionamento da vida económica em situações de conflito implica uma adaptação associada, quase sempre, à emergência de novos métodos de organização social, deste modo, do ponto de vista teórico e conceptual, as economias de guerra podem ser entendidas como sistemas de poder alternativos, onde interagem diferentes estruturas, de natureza política, militar ou social. A análise económica de uma guerra implica, sempre, a adoção de uma estratégia cruzada que passe por uma identificação, tão clara quanto possível, dos diferentes atores em presença o que, na conjuntura política e económica em que eclode a I Guerra Mundial, implica que se equacione, desde logo, o papel desempenhado pelas interações e pelas relações de dependência entre as realidades nacionais e as redes económicas globais onde os países se inseriam.

A República portuguesa, apesar de, a pedido da Grã-Bretanha, não ter assumido uma posição nem de neutralidade, nem de beligerância, face à guerra na Europa, até 9 de Março de 1916, data em que os Impérios Centrais lhe declararam guerra, por força de limitações da produção nacional e em virtude dos efeitos de uma dependência externa crónica em subsistências, combustíveis e transportes (que o evoluir da Guerra se encarregaria de colocar ainda mais em

evidência), foi forçada a lançar, a partir do final de 1914, os contornos da organização de uma economia de guerra, procurando assim minorar os efeitos do conflito europeu na atividade económica e financeira do País.

Nota curricular da autora

Licenciada em História pela FCSH-UNL e doutorada em História Económica e Social Contemporânea pela mesma universidade. É investigadora de pós-doutoramento do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL e membro da respectiva direcção. Membro fundador da International Network for the Study of the Great War in Africa, as suas publicações tem-se dedicado à análise da I República portuguesa, da grande guerra e da história económica e social contemporânea. Entre elas incluem-se *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*; *António José de Almeida, o tribuno da República* e, mais recentemente, a co-coordenação do *Dicionário de História da I República*, editado pela Divisão de Edições da Assembleia da República.

Nota curricular da apresentadora da obra

Professora Catedrática de História da Universidade de Évora. Investigadora integrada, diretora e coordenadora científica da unidade Centro de Estudos de História e Filosofia da Ciência. Co - coordenadora da Rede História & Ciência no Instituto de História Contemporânea. Investigadora associada do IHC. Diretora do programa de doutoramento de História e Filosofia da Ciência, com especialidade Museologia. Autora de várias publicações – livros, capítulos de livros e artigos – sobre temas de história da ciência e de cultura científica. Orientou algumas dezenas de teses de mestrado e de doutoramento nestas áreas.

Os Militares e a Guerra

Cármén Almeida

Investigadora do CEHFCI.UÉ – Universidade
de Évora; Chefe da Divisão de Cultura e
Património da Câmara Municipal de Évora

Resumo

Em 23 de Dezembro de 1863 é publicada oficialmente a primeira grande reforma da Escola do Exército português, reforma que introduziu o ensino da fotografia naquele estabelecimento, seguindo, provavelmente, o exemplo do serviço fotográfico do exército francês, cuja organização fora proposta pelo fotógrafo francês Disdéri, em 1861.

A 5.^a cadeira será ministrada ao Curso Normal, ao 2.^o ano do Curso de Infantaria e Cavalaria, ao 2.^o ano do Curso de Estado Maior, ao 2.^o ano do Curso de Artilharia e ao 1.^o Anos dos Cursos de Engenharia Civil e Militar, criando uma geração de militares fotógrafos que desde cedo aliaram a formação teórica à aplicação prática.

Entre 1914 e 1918 mais de 100 000 soldados portugueses combateram em África, ou lutaram na Flandres, registando-se quase 40 000 baixas. Morreram cerca de 8 mil homens, outros tantos ficaram feridos; 6 mil ficaram desaparecidos e mais de 7 mil foram feitos prisioneiros...

Numa nova fase da historiografia, em que a memória e a identidade surgem como novos paradigmas, muitos objectos, que anteriormente eram considerados como

curiosidades, passaram a ser encarados como fontes de pesquisa histórica, abrindo novas vias de investigação, constituindo um importante património documental para o aprofundamento do estudo da I Grande Guerra.

Meio século após a sua introdução na estrutura curricular da Escola do Exército, a fotografia assume uma particular importância. Exercícios preparatórios, partidas para a frente e batalhas são acompanhados pelas objectivas fotográficas. Joshua Benoliel, Judah Ruah, Arnaldo Garcês deixam para a posterioridade o testemunho do que aquilo foi. Mas não só, outros fotógrafos anónimos, sob formas insuspeitas, gravaram também importantes testemunhos...

Nota curricular

Licenciada em Sociologia, Pós-Graduada em Estudos Europeu, Mestre em Museologia e doutoranda em História e Filosofia da Ciência (CHEFci, Universidade de Évora) com um projeto de dissertação, orientado pela Professora Doutora Fátima Nunes, intitulado *A Divulgação da Fotografia no Portugal Oitocentista - Protagonistas, Práticas e Redes de Circulação dos saber*.

Foi coordenadora do Arquivo Fotográfico da CME e atualmente é Chefe da Divisão de Cultura e Património da mesma edilidade

**Amadeu de Sousa Cardoso: apanhado
pela guerra**

Maria Teresa Amado

Departamento de História - Escola de Ciências

Sociais; CHAIA

Universidade de Évora

Resumo

Esta conferência trata dos efeitos da primeira guerra na vida e na obra de Amadeu de Sousa Cardoso. De férias em Portugal, Amadeu foi surpreendido pela eclosão do conflito. Apesar de planear o regresso a Paris em 1915 e de não abandonar a ideia de voltar em 1916, inclusive com o aluguer de um atelier em 1917, a gripe espanhola apanhou-o poucos dias antes do cessar fogo. Para além desta marca biográfica da guerra em Amadeu, veremos como existem vários outros níveis de ressonância da Guerra na sua obra. É preciso recuar à vivência de Amadeu em Paris, à aprendizagem solta, feita com as diferentes correntes modernistas e boémias, desde Modigliani a Brancusi e Delaunay, passando por Rousseau, Chagall e Matisse, no ritmo da escrita e da poética de Apollinaire e da música de Stravinsky.

Neste mundo de descoberta e afirmação, o jovem Amadeu, que trabalhava com originalidade e sem provocação as formas e as cores, é reconhecido não só em Paris, mas também na em Berlim, Hamburgo, Londres, Nova Iorque e Chicago. 1913 é o ano da consagração do pintor Amadeu nos Estados

Unidos e na Alemanha, é um ano de vitalidade explosiva em Paris, com a estreia da Sagração da Primavera de Stravinsky, pelo Ballet Russo, Les peintres cubistes e Alcools, de Apollinaire.

Os anos de Amadeu em Paris são anos de aprendizagem e absorção. Afastando-se do realismo e da pintura como imitação, elabora obras que, embora figurativas, são de temática e ressonância onírica. As suas paisagens, as suas histórias, as suas figuras remetem para um mundo gracioso, de fantasia, fora do tempo. Amadeu recorre a um desenho de traço e formas clássicas, mas que desconcerta o equilíbrio académico, para criar as suas próprias dimensões e proporções. Na pintura, as formas criam impacto pelas manchas de cor (amarelo, verde, azul e vermelho), numa harmonia rítmica de cores alegres e de movimento. É uma pintura delicada e sofisticada, de poder sugestivo e memória arquétipa, que se distancia iconograficamente das temáticas modernistas. Pela cadência das linhas e das cores, o observador é envolvido na harmonia da música.

Com o regresso a Portugal, Amadeu isola-se em Manhufe. Este isolamento físico e artístico obriga e acelera um processo de interiorização criativa. Entre 1914 e 1916, o artista prepara 111 obras para exposição em Portugal e nos Estados Unidos. A exposição teve lugar no Porto e em Lisboa e foi tão visitada quanto mal entendida. Do contraste entre o processo de maturação e a frustração

da incompreensão artística explode a fase de grande maturidade e original criatividade.

O ano de 1917 é de uma atividade frenética. Amadeu introduz novos materiais nas suas pinturas (vidro, madeira, ganchos, espelhos, areia, etc.) e as suas obras plásticas tornam-se extremamente complexas na composição. São obras de densidade cromática e tensão de movimento e formas. A fragmentação e a espessura cromática cria uma espessura temática que diferencia estas últimas obras de toda a sua iconografia anterior. Estranhamente, estas pinturas criadas em Manhufe revelam um cosmopolitismo e um urbanismo que as pinturas de Paris não tinham.

As marcas da guerra na pintura de Amadeu são explícitas, como na pintura *Entrada*, que analisaremos, e implícitas, pela mudança de paleta de cor, pela desordem e fragmentação da composição, agora sem centro, pela ausência dos seus referenciais: confiança, alegria e magia.

Nota curricular

Licenciada em História, Mestre em História Moderna, e Doutorada em História (Universidade de Évora). Professora auxiliar no Departamento de História da Universidade de Évora. Investigadora do CHAIA. Tem desenvolvido trabalho na área da história da cultura, da iconografia e da história da arte.